

COMBATE A INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA NA ÁREA PORTUÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ana Paula Reguete Martins Monteiro de Souza¹

Sandra Regina Manes Barreto¹

1. INTRODUÇÃO

O presente relato visa socializar a implantação do Projeto Combate a Infrequência e Evasão Escolar como experiência piloto da Rede de Proteção ao Educando da Cidade do Rio de Janeiro.

A Rede de Proteção ao Educando (RPE) foi implantada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2007, reunindo políticas e ações das Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social de forma a contribuir para o trabalho em rede e consolidar a política macrofuncional desta. O objetivo maior da Rede é desenvolver o trabalho de forma integrada através de atendimento ao educando/família e demais atores do contexto escolar. Como princípio norteador se pauta no compromisso e envolvimento dos atores co-responsáveis nesse processo com vistas a uma abordagem integrada e interdisciplinar de forma a contribuir na aproximação da realidade e compreensão do sujeito em sua totalidade.

As diretrizes da Rede apontavam desde a sua concepção para uma intervenção profissional junto a fatores que perpassam a questão social, como: trabalho infantil, violência doméstica, abuso e exploração sexual, entre outros, e, especificamente no tocante a educação os altos índices de evasão escolar.

A experiência da dupla de Assistentes Sociais da Rede (RPE) em atuação nas escolas da área portuária da cidade aponta para um esforço em priorizar as particularidades da região devido as suas características demográficas, e pelo perfil da população usuária da política de educação na área. Assim, promover uma participação

¹ Assistentes Sociais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em atuação na Rede de Proteção ao Educando.

cidadã através do protagonismo dos educandos e seus familiares objetiva minimizar os impactos da questão social na política setorial educacional e se constituiu como um dos maiores desafios na nossa prática profissional neste campo de atuação. Essa diretriz no trabalho se conjugou a execução do Projeto Combate a Infrequência e Evasão Escolar como norteador da nossa intervenção.

A experiência com o Projeto Combate a Infrequência e a Evasão desdobrou numa série de subprojetos e discussões institucionais sobre a infrequência escolar nos diversos segmentos da comunidade escolar, a saber: educadores, alunos, familiares e também comunidade do entorno.

2. JUSTIFICATIVA

Ao longo da execução do projeto buscamos refletir sobre a função social da educação, por conseguinte da própria escola. Ressignificar e ampliar a noção da educação formal, sistematizadora de saberes e informações, buscando a perspectiva de um espaço público onde a educação seja percebida como instrumento de uma prática democratizadora, libertadora, e essencialmente inclusiva.

Partindo da premissa que a educação em suas inúmeras concepções acaba por reproduzir diferentes “visões de mundo”, a relação pedagógica e a política social refletem e justificam uma tendência histórica dentro de um processo de natureza hegemônica. Como Gramsci, “entendemos que a ‘hegemonia’ passa necessariamente pela educação enquanto instância de instrumentalização e de elevação da consciência crítica da classe subalterna” (VALE, 2001, p. 100). Por isso, a afirmação de que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação [...]” (GRAMSCI, 1991, p. 37), onde se atribui à educação uma função não somente pedagógica, mas essencialmente política.

O trabalho na Rede de Proteção ao Educando em unidades escolares da área portuária da cidade não se limita ao atendimento restrito aos educandos, pois entendemos que são sujeitos dessa rede todos os envolvidos com o universo escolar, portanto, o corpo discente, o corpo docente, os profissionais de apoio, as famílias e a própria comunidade do entorno. Então, a superação do processo de aprendizagem limitado ao ato de educar como transmissão de conteúdos através da competência

técnica foi e é um desafio constante dentro da perspectiva de como percebemos e como se coloca a educação pública municipal hoje. Na verdade, estabelecer parâmetros desse tipo significava romper com a divisão social do domínio do saber, principalmente a relação de saber estabelecida na esfera escolar. Tal como vem se desvelando, percebemos o enfraquecimento de organizações que possibilitem a efetivação da formação de consciência crítica e popular, quer seja no campo dos movimentos sociais como um todo, quer seja nos segmentos de representação no âmbito do universo escolar.

3. O COMBATE A INFREQUÊNCIA E A EVASÃO ESCOLAR COMO ACESSO A GARANTIA DE DIREITO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A partir de maio de 2007 adentramos no espaço escolar de forma a conhecer primeiramente a dinâmica das unidades, seus processos de trabalho e suas relações institucionais. A equipe de Assistentes Sociais adotou uma rotina de trabalho organizada de forma a contemplar uma gama variada de ações, que nos eram inclusive demandadas, tipo: atendimento individual, grupal, estudos de casos, ações coletivas e/ou comunitárias, articulação e visitas domiciliares, distribuídas ao longo da semana procurando sempre manter um calendário nas escolas, geralmente de um a dois dias em cada unidade escolar.

Logo participamos também do Conselho de Classe com professores onde sinalizavam o panorama das turmas e a condução dos trabalhos. Chamou-nos bastante atenção a fala de alguns deles pelo fato de apontarem um quantitativo elevado de alunos infreqüentes, sem, no entanto, se darem conta da dimensão da questão em cada uma das turmas e até na escola como um todo. Eram eleitos alunos individualmente para um possível atendimento, contudo sem refletir sobre o impacto disso na vivência dos atores bem como nas relações institucionais. Dessa forma, a sistematização dos dados nas Unidades escolares se colocava como um desafio ao corpo técnico, e acabava por motivar uma ação empírica no que se refere ao perfil dos alunos, situação de acesso, de aprendizagem, entre outros.

Assim, partindo da necessidade de nos debruçarmos sobre os índices de infrequência nas Unidades escolares iniciamos uma pesquisa para identificar a proporção da questão nas Escolas 1 e 2 (vamos denominar assim por questões institucionais), e

problematizar a discussão com os diversos atores repensando o papel da escola na vida dos alunos.

Como facilitador adotamos o relatório de infrequência gerado a cada Conselho de Classe pelo sistema acadêmico, instrumental da própria educação, e trabalhamos os dados a fim de descortinar a realidade desses índices naquele universo escolar.

Considerando os dados de realidade utilizamos como metodologia quatro elementos fundamentais: a relação entre o número de alunos matriculados em cada turma, número de alunos com frequência regular em cada turma, número de alunos faltoso em cada turma² e destes últimos quantos estão como faltosos graves³.

Partindo desse primeiro mapeamento de cada turma individualmente pudemos alcançar índices que perfilaram a totalidade de cada unidade escolar. Ao término dessa etapa sistematizamos os dados e iniciamos um processo de socialização dos índices tabulados e da leitura crítica da situação: primeiro realizamos a divulgação do quadro geral da escola aos diretores, depois aos professores, e aos alunos através do “Dia de Combate a Evasão Escolar”, posteriormente aos responsáveis através de encontros/reuniões.

Além da socialização dos dados havia alguns objetivos específicos a alcançar, como por exemplo, trabalhar junto aos alunos de forma lúdica a apreensão dessa realidade e provocá-los no sentido de discutirem formas coletivas de reverter esse quadro. A exposição dos dados foi feita utilizando-se gráficos em formato de pizzas e colunas, e apresentando-os como o “retrato da turma”. Em momento algum foram reveladas as identidades dos alunos, preservando-os de qualquer tipo de constrangimento, ou mesmo culpabilização.

No decorrer desse processo chamaram-nos atenção as reações de perplexidade provocada em cada ator envolvido na comunidade escola, a saber: direção, professores, pais e alunos, dos reais índices de infrequência de cada turma. O formato dado à condução da situação, desvelada por um mecanismo legítimo no espaço escolar (o sistema acadêmico), proporcionou um olhar diferenciado para a realidade, agora tão transparente ao mesmo tempo em que tão próxima.

² Consideramos faltosos os alunos que em cada conselho de classe obtiveram frequência inferior a 87,5%, ou seja, faltas acima de 12,5%.

³ Consideramos faltosos graves os alunos que em cada conselho de classe obtiveram frequência inferior a 75% ou seja, faltas acima de 25%.

Cumpramos ressaltar que perceber a dinâmica escolar em sua totalidade, considerando a gama complexa e diversificada de fatores “externos” e “internos” que perpassam essas relações provoca um repensar, e, conseqüentemente, um reavaliar das práticas profissionais dos diferentes segmentos envolvidos. Dessa forma foi possível abordar o tema com a legitimidade da escola.

A cada momento durante o período letivo nos deparávamos com novos desafios que nos faziam avaliar, e mesmo, aprimorar a técnica de abordagem desenvolvida. Assim, nos utilizávamos de análise comparativa entre Conselho de Classe (COC)), entre turnos, ciclos, mesmo período de COC em anos letivos diferentes, enfim, uma variação de cruzamentos possíveis conforme os dados levantados e trabalhados.

Recentemente, trabalhamos com os alunos coletivamente (em turma), por meio de abordagens entre os Conselhos de Classe, implicando a todos num desafio de monitorar o desempenho da turma no tocante a frequência afixando os gráficos nas salas. Aliás, os representantes de turma foram acionados como co-responsáveis nesse processo, possibilitando assim o exercício da representação, e de tudo mais que a envolve. Em momentos que focamos mais um ciclo, um segmento, ou até mesmo um período, observamos sempre algum retorno, geralmente uma resposta positiva àquela intervenção, mensurada e quantificada através dos instrumentos utilizados. Embora algumas vezes fosse possível obter esse retorno de maneira bem rudimentar, como por exemplo, através da fala de uma diretora quando sinalizou o aumento no número de refeições oferecidas associando-o a volta das crianças à escola.

Há que destacar também o envolvimento dos diferentes atores do universo escolar nesse processo de fortalecimento dos vínculos dos alunos e das famílias com a escola, porque muitas vezes eles próprios se apropriaram de ações como facilitadores nessa dinâmica. Por fim, o fortalecimento de ações cujo foco seja a infrequência e a evasão escolar nos leva a ampliar o campo de intervenção, pois a escola é naturalmente referenciada, mas não podemos abdicar do trabalho extra-muros, e da necessidade em apreender o contexto sócio-familiar dos alunos e suas relações extra-escolares, também como pontos primordiais.

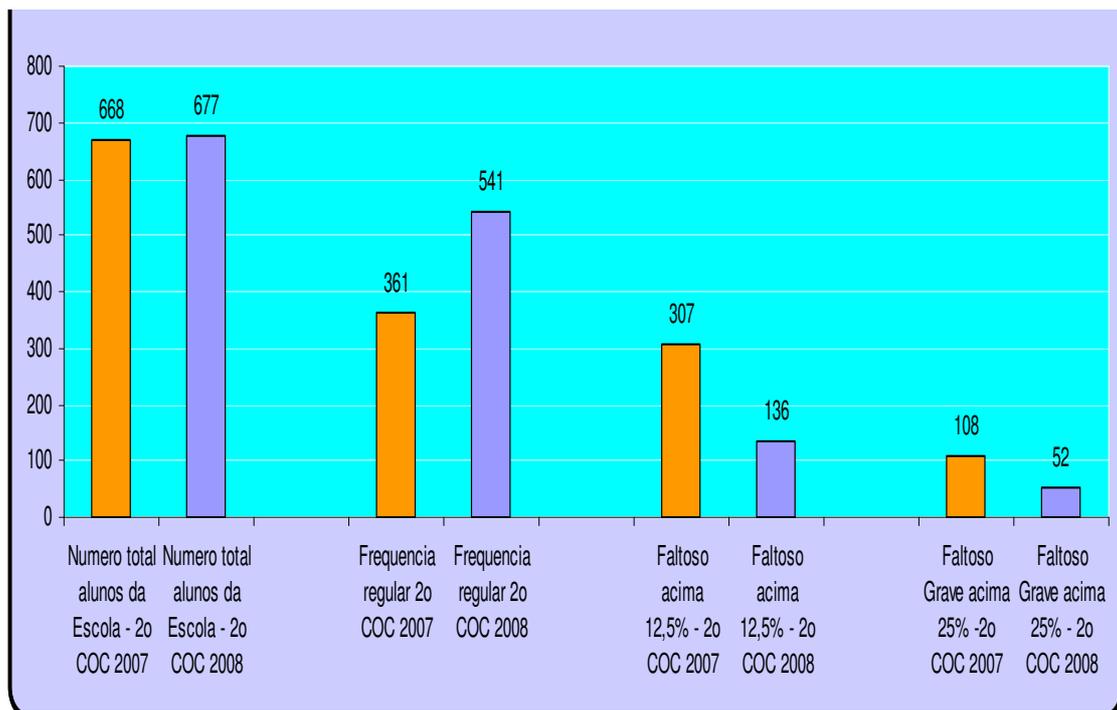
Resultados efetivos com o projeto Combate a Evasão Escolar

(Duas escolas com trabalho efetivo 2007/2008)

Tomamos como recorte temporal para mensuração do impacto do trabalho de combate a infrequência os dados do período do 2º Conselho de Classe (geralmente no meio do ano letivo). Esta aposta em analisar o período nas escolas apresentou-se como a mais adequada por entender ser o período de menor oscilação de matrículas/transferências. Tomamos por base os anos 2007 e 2008. No ano de 2007 foi realizado o primeiro diagnóstico e no ano de 2008 já estávamos com as ações do Projeto Combate a Infrequência e a Evasão Escolar.

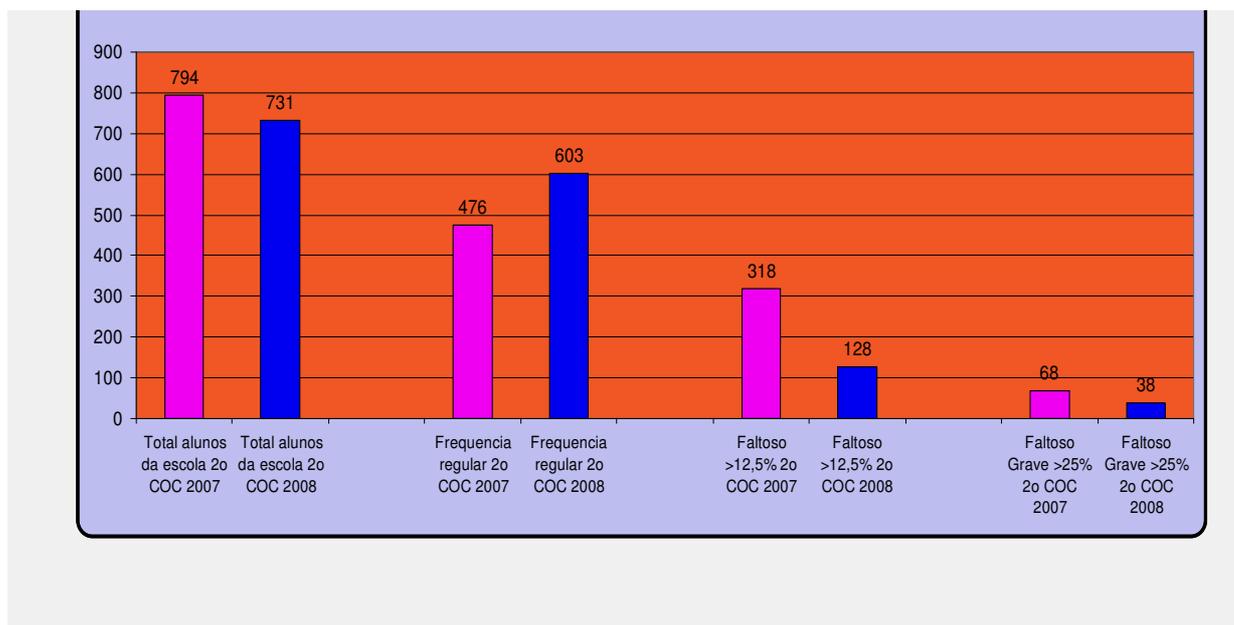
Na escola 1 observamos a redução dos índices de infrequência de 2007 de 307 – 45% para 136 – 20% alunos no Universo Escolar. (Gráfico 1)

Gráfico 1 - Análise Comparativa Escola 1



Na escola 2 observamos a redução dos índices de infrequência de 2007 de 318 – 40% para 128 – 18% alunos no Universo Escolar. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Análise Comparativa Escola 2 – 2º Conselho de Classe 2007/2008



Às vezes, a simples e pura interpretação dos dados de maneira “fria”, talvez racional e empírica, pode nos induzir a diagnósticos limitados, e, inversamente ao que foi proposto, promover um distanciamento do real. Entretanto, fazer uma leitura contextualizada pode nos sinalizar caminhos para a desmistificação de uma problemática real e complexa.

4. AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO COMBATE A INFREQUÊNCIA E A EVASÃO ESCOLAR A ESTRATÉGIA DE CRIAÇÃO DE SUBPROJETOS

Partindo da premissa que a infrequência e a evasão escolar são processos continuados e entendendo que o “estar na escola” significa pertencimento aquela instituição, desejar pertencer àquela instituição e mais viver a vida coletiva daquela instituição, iniciamos um processo contínuo de experimentarmos metodologias de trabalhos para que cheguemos ao objetivo final que é contribuir para a qualidade da permanência do aluno na Unidade Escolar. Pretendemos fomentar a reflexão e por vezes contribuir efetivamente oferecendo atividades para “envolver” o aluno no Universo Institucional Escolar.

A partir dessas considerações, pontuaremos algumas experiências que visam fortalecer o projeto norteador do trabalho da dupla Projeto Combate a Infrequência e a evasão escolar”.

Subprojeto: “Memória Viva” – Escola 1

O Subprojeto Memória Viva partiu da necessidade do resgate de um projeto já realizado na escola chamado Projeto Memória que visava um trabalho a partir da histórico dos bairros do entorno da escola, a saber: Santo Cristo, Gamboa e Saúde, sobretudo a Comunidade da Providência. Queríamos realizar uma co-relação com a aproximação dos professores a realidade dos alunos e seus familiares, e para isso precisaríamos levá-los para circularem nos locais de moradias deles.

O objetivo do subprojeto era promover a interação entre escola (Instituição) e comunidade do entorno de forma a ampliar o universo de conhecimento entre ambos e vislumbrarem ações conjuntas bem como resgatar as histórias de vida dos atores que são parte integrante deste universo.

Para isso planejamos atividades que culminasse num dia de aula presencial. A atividade consistia em um levantamento junto aos alunos nas turmas acerca dos locais de referência da comunidade onde vivem, objetivando identificar os vínculos estabelecidos neste contexto que se constituem como a memória viva desses sujeitos. O roteiro de visitas para o dia da aula presencial deveria ser construído por alunos e professores e contaria com a participação das Assistentes Sociais na organização da dinâmica do dia da aula, além das respectivas presenças. Posteriormente foi agendada a data para atividade externa em função do calendário escolar e do planejamento pedagógico.

O processo de avaliação da atividade deveria ser feita coletivamente, por turma, através de uma redação, ou mesmo uma crônica sobre a experiência de receber a Escola na figura dos professores no espaço da comunidade.

Primeira Oficina:

“Conhecendo a Comunidade da Nossa Escola”, realizada em Centro de estudos no primeiro trimestre letivo de 2008 na Escola.

Duração: 1 h

Objetivo: Possibilitar o conhecimento e o reconhecimento da comunidade onde se situa a Escola, e fundamentalmente, o público que acessa os seus serviços. As características físicas e sociais são essenciais nesse processo de conhecimento.

Realizamos dinâmica “Eu sei que na comunidade da minha escola tem...”, posteriormente houve visualização no mapa dos pontos de referência da comunidade do entorno e abordamos as características sócio-econômicas e resgate dos principais fatos históricos da área. Foi apresentado o perfil da comunidade-escola e feito um diagnóstico preliminar.

Segunda Oficina:

Oficina de Vídeo, trabalhando com o corpo docente o DVD do programa “Um Pé de Quê” apresentado pela atriz Regina Casé no Canal Futura que aborda a origem do morro da Providência (o histórico do surgimento da comunidade).

Terceira oficina:

Aula presencial com os professores realizada dia 26 de Novembro de 2009. Objetivo: Visita a comunidade. ROTEIRO: passagem pelas ocupações Zumbi dos Palmares e Chiquinha Gonzaga, pelo Morro do Pinto e pela Vila Portuária. Parada na Praça Américo Brum para conhecer o Cruzeiro, na Rua Rego Barros para conhecer o Túnel desativado que era utilizado pela via férrea, entrada na comunidade Rego Barros 97 para circular, indo até a Pedra Lisa.

Para viabilizarmos a aula presencial articulamos lideranças locais em vários pontos estratégicos da mesma e contamos com a parceria de duas Kombis cedidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social para facilitar o deslocamento.



Alguns professores observando a Providencia da parte alta.

Algumas avaliações do Subprojeto Memória Viva pelos Professores:

1 - Sobre a atividade inicial do projeto com aula expositiva:

“Conhecer a realidade da comunidade, supor as dificuldades diárias porque passam os alunos”.

“Conhecimento da realidade dos alunos que moram em ocupações, uma aula do que é a vida no bairro... uma excelente aula de vida urbana e de geografia das cidades” (fala de um professor de geografia)

“Primeira aproximação dos aspectos socioeconômicos da comunidade (fala de um professor de história).

2 – Sobre a atividade de vídeo com professores

“Historia da ocupação do morro da Providência”

“Importância histórica. Origem da luta dos excluídos, que continua no nosso dia-a-dia e da qual nossos alunos são herdeiros”.

3 – Aula presencial – Visita a comunidade

“Fundamental para que de fato comecemos a conhecer a realidade dos alunos”

“Processo longo. Mexe com a subjetividade das pessoas. Necessário”

“Excelente. Todas as escolas públicas deveriam fazer um ‘passeio’ desse tipo”

“Foi um verdadeiro ‘tapa na cara’. A sociedade em que nós vivemos, capitalista e injusta gera a pobreza. E nossos alunos além de viverem na pobreza, vivem na guerra. Nossas contradições, medos, preconceitos e sentimentos de culpa afloram nessa hora. Ficou claro que os professores que trabalham com este tipo de público precisam receber treinamento, apoio, suporte psicológico e social. Os alunos, inclusive os mais desinibidos, agiram de maneira diferente, se surpreenderam com a nossa presença na comunidade, perceberam que naquele momento nós também estávamos diferentes ao conhecer a comunidade”.

DESDOBRAMENTOS DO PROJETO

Professores sugeriram a realização de “Exposição de fotografia na escola sobre a Providência, Morro do Pinto, Pedra Lisa e ocupações”, “Treinamento aos professores para que possam trabalhar integrados com os Assistentes Sociais”, “Oficinas que incitassem

práticas pedagógicas que acolhessem a realidade e diversidade de vida dos nossos alunos. Algo que fizesse refletir sobre o impacto de nossas ações no desenvolvimento das crianças, buscando um caminho para torná-las mais favoráveis ao seu acolhimento e que não reforçassem o sentimento de distancia entre a realidade de professores e alunos”.

Três professoras falaram do desejo de construir projeto sobre a AFRICANIDADE. Solicitam a participação da Rede de Proteção ao Educando. Já em 2009 o projeto “Da África a Providência”: resgate da comunidade negra dos bairros Santo Cristo, Saúde e Gamboa, tornou-se realidade na Unidade Escolar.

Subprojeto: Grupo de adolescentes “Vivendo e Aprendendo” da Escola 1

O subprojeto foi pensado para o público adolescente de forma a mobilizar as turmas do 6º (3 turmas), 7º (2 turmas) e 8º ano (2 turmas) do ciclo para a atividade. O objetivo era consolidar com os adolescentes um grupo informativo, reflexivo e propositivo sobre assuntos relacionados à adolescência, família, comunidade e atualidades. Visava construir proposta lúdica a partir dos assuntos apontados por eles sobre os quais possuam interesse.

Num primeiro momento realizamos uma pesquisa prévia com os adolescentes nas turmas dos referidos anos citados acima, em caráter espontâneo em que foram apontadas as dúvidas e assuntos dos quais possuam interesse em discutir (atividade realizada em Maio de 2008).

Os grupos temáticos foram iniciados em Junho de 2008, e foram compostos por representações das turmas 1600, 1700 e 1800. Seus atores foram passíveis de substituição. As vagas seriam das turmas.

Horário da atividade: 3ª feiras de 12 às 13h para contemplar os dois turnos.

De acordo com a especificidade dos temas, utilizamos: material de apoio da Multirio, MEC (série TVEscola), Pesquisas Bibliográficas, e outros.

Os alunos seriam multiplicadores de informação em suas turmas.

O grupo contou com a participação temporária de uma estagiária de psicologia cedida pela CAP 1/Dente Escola-Saude Escolar como colaboradora.

Local: Sala de Informática da escola

Capacidade e integrantes do grupo: 25

Ao final de cada grupo foram realizadas atividades onde os adolescentes avaliaram a ação. No final de Novembro de 2008 realizamos um encontro avaliativo.

Eixos Temáticos escolhidos a partir da pesquisa prévia com os adolescentes.

- Eu e minha comunidade

Refletindo sobre a minha comunidade. Trabalhar com a questão histórica e territorial.

Trabalhar respeito/diferença

Violência (em geral) – “bullying”

Relação meio-ambiente/comunidade. Atividade oferecida pela SMS.

Drogas

- Eu e as transformações da adolescência

Transformações da adolescência/ Sexualidade.

- Eu e minha família

Relações familiares (diferentes tipos de famílias)

Os papéis na relação familiar (diferentes contribuições na dinâmica familiar)

- Eu e minha escola

Educação e Cidadania

Família e Escola (Falar conselho comunidade-escola)

Escola Publica/Educação publica (Atividade oferecida pela prof^a. da Educação Infantil)

Os vários atores do cenário escolar (atribuições e contribuições para a escola – merendeira, diretor, professor, gari e outros) – Presentes na atividade: prof^a. ensino fundamental (PII) e representante do CEC (Conselho Escola Comunidade), mãe representante de aluno e do CEC (Conselho Escola Comunidade), Diretora da unidade escolar, profissional de apoio , profissional da equipe de limpeza da escola (autarquia municipal) e outros.

- Eu e o futuro

Futuro/sonhos

Educação e Trabalho

Construção da linha do tempo do projeto

Resgatamos alguns registros realizados pelos adolescentes no final dos encontros. Como positivo destacamos os registros que foram: “Conversas sobre a escola/educação”, “conversas sobre drogas”, “as oficinas e as assistentes sociais”, “conversas sobre sexualidade”, “conversas no grupo, a festa de encerramento e conversas sobre

sexualidade”, “que teve assunto de jovens e foi bem legal: sexualidade, drogas, família e etc. Tudo foi bom”, “gostei de tudo o que eu aprendi” e um aluno que relatou “gostei de tudo e mais um pouco”.

Citaram como pontos negativos: “conversas sobre drogas”, “conversas sobre educação/escola”, “conversar com uma professora. Não ter o passeio em Paquetá⁴”, “não gostei de faltar”, “alguns assuntos do dia-a-dia do grupo, de faltar e de não ter o passeio para Paquetá”, “conversas sobre drogas”, “algumas regras, porque não foram cumpridas” e “não gostei de faltar”.

Percebemos após o início do mesmo que ele tornou-se um instrumento para legitimação do Projeto Combate a Evasão, sobretudo na circulação de informação sobre as estratégias de infrequência dos adolescentes e as críticas a própria rotina institucional escolar. O grupo foi encerrado em novembro de 2008 e até hoje os membros ainda referenciam para a equipe, pelo vínculo estabelecido, algumas questões de conflito institucional escolar e/ou alguma situação específica pessoal dos alunos.

Subprojeto: Grupo de teatro da Escola 2

O subprojeto em questão visava fortalecer a iniciativa voluntária de uma profissional de apoio da escola na constituição de um grupo de teatro com adolescentes.

Visávamos oferecer consultoria e assessoria a coordenação do grupo acerca dos temas a serem explorados nas peças teatralizadas.

Realizamos articulação com as demais unidades escolares do entorno para apresentação do grupo. Objetivávamos com isso a interface e o intercâmbio entre as experiências positivas das escolas de um mesmo complexo.

O contato com o grupo dava-se semanalmente.

Viabilizamos a apresentação da peça sobre ações primárias de prevenção à dengue nas duas escolas em 2007, e contribuímos na construção da peça sobre a prevenção ao trabalho infantil que foi encenada na própria escola em 2008.

⁴ Como atividade de encerramento havia o desejo dos adolescentes em realizarem um passeio a Ilha de Paquetá. Ao consultarmos ao órgão da educação para viabilidade do mesmo foi alegado que tal passeio por si só já seria de risco por oferecer transporte marítimo a alunos. A notícia mobilizou-os e foi oferecido o passeio a cidade do samba na Gamboa.



A mobilização dos alunos para a encenação

Resgatamos também outras atividades pontuais que também contribuíam para o fortalecimento do Projeto Combate a Infrequência e Evasão Escolar, tais como a participação da equipe da RPE no projeto Saúde Escolar na I Região Administrativa nos meses de Março, Abril, Maio, Junho e Julho de 2008, em ações de planejamento e execução. No geral visava contribuir para o desenvolvimento de ações em rede no universo escolar com vistas a promover o princípio da integralidade entre as políticas setoriais.

Nossa ação buscava promover ações de facilitação e mobilização junto à comunidade escolar na fase de implantação do projeto e assessorar as equipes técnicas na execução do projeto e nos possíveis desdobramentos

Outro exemplo de atividade pontual foi o projeto coletivo – 1ª CAS/CRE Serviço Social/Assessoria Institucional. Todos os profissionais de Serviço Social da RPE 1ª CAS/CRE ofereceram uma atividade articulada com parceiros da rede sócio-assistencial num dia de oficinas numa outra escola da rede (bairro: Rio Comprido). O projeto experimental está em fase de avaliação para sua ampliação para outras escolas que demandem tal intervenção pontual da RPE.

Mais uma ação foi um grupo focal com responsáveis da Escola 1 por demanda específica de um professor, objetivando trabalhar com estes a implicação no processo de aprendizagem, sobretudo as aulas de reagrupamento.

Pesquisa de avaliação junto ao corpo docente sobre a atuação da RPE em 2008 nas Escolas 1 e 2

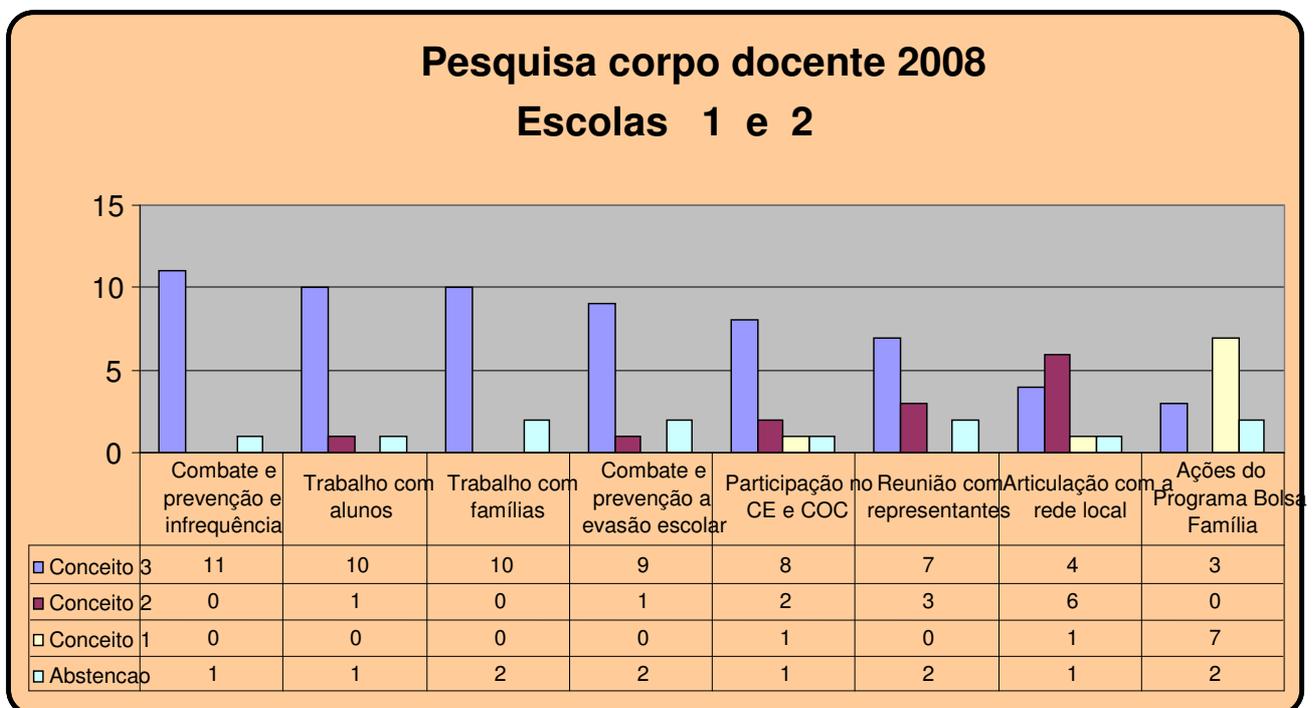
Realizamos um processo de avaliação com os professores sobre a atuação da Rede de Proteção ao Educando e, sobretudo sobre o Projeto Combate a Infrequência e a Evasão Escolar nas Unidades Escolares as quais estávamos inseridas. Para isso destacamos os itens Pontos Positivos, Negativos e expectativas para 2009.

Os formulários foram distribuídos da seguinte forma: Um para um ator da direção da escola, um para professor e outro para profissional de apoio. Privilegiamos pessoas que participaram mais ativamente em parceria com a RPE e outros com menor ou nenhum envolvimento com o projeto.

Foram apontados como positivo: “Contatar famílias como parceiras no trabalho da escola”, “Minha visão ficou um pouco ampliada em relação à comunidade em que atuo”, “Que o trabalho continue cada vez mais ajudando a escola” e “Apoio técnico-pedagógico à direção”

Como negativo sinalizaram que “Apesar de saber de algumas ações das assistentes sociais em relação a alguns alunos da escola, fiquei muito surpresa ao saber que existia um Projeto, uma vez que não há nenhuma divulgação sobre o mesmo”, “O projeto não conseguiu resolver a questão do rendimento escolar. As crianças freqüentam, mas não se interessam”, “Falta de espaço específico para a finalidade, poucos dias de atendimento e falta do psicólogo na equipe”.

Mapeamos as expectativas dos profissionais da educação nas escolas sobre a nossa atuação para 2009. Segue abaixo gráfico 3:



Verificamos que apontaram as Ações do Projeto de Prevenção a Infrequência sendo prioritária, ao passo que se considerarmos a questão da evasão escolar já não passa

mais a ser unanimidade. Os demais itens refletem o quanto a escola ainda visa o intramuros quando pretere a articulação com a rede a outras questões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eixos norteadores das ações desenvolvidas no âmbito educacional foram a família dos educandos, os próprios educandos, os profissionais envolvidos nesse processo, e a rede intersetorial. Por isso, num primeiro momento se fez necessário conhecer o projeto político-pedagógico das escolas municipais da área de atuação, as principais demandas apontadas pelas unidades escolares e pelas famílias, e cruzar essas informações com os dados revelados pelos indicadores sociais correlacionando-os a realidade local. Assim, a intervenção profissional esteve pautada na necessidade de trabalhar as famílias e os educandos “infreqüentes”, a partir do conhecimento e reconhecimento das realidades e dinâmicas de vida desses, e as relações no espaço institucional (a escola).

O processo de construção e consolidação desse projeto foi postulado numa metodologia de intervenção sócio-educativa voltada para a potencialização da participação cidadã. Considerando as necessidades e problemas apresentados pelos diferentes atores, em constante interação no espaço escola, a proposta de intervenção profissional consistiu inicialmente na captação de interesses e desejos como de forma de desenvolver as habilidades desses sujeitos.

Posteriormente, fomentamos o desenvolvimento de ações coletivas objetivando o protagonismo desses atores e sua implicação na construção de ações propositivas e transformadora das diferentes realidades. Logo, mais do que inseri-lo numa rede de proteção, o usuário (educando e família) deve ser percebido como cidadão, portando sujeito de direito cuja participação e a colaboração são fundamentais nessa rede de relações cujos objetivos são, não somente a proteção, mas também a promoção e a participação, com estratégias conjuntas de ação e processo contínuo de avaliação.

Para superarmos e mesmo desmistificarmos essa plataforma das políticas públicas voltadas “para” segmentos, como infância, juventude, adolescência, portadores de deficiência e outros, enfim o ser humano (cidadão, trabalhador) cheio de múltiplas ausências e carente de acesso aos seus direitos, quer civis, sociais, ou mesmo aqueles

fundamentais a vida, devemos antes entender que mesmo sendo objeto das políticas públicas essa população tem que ser principalmente cúmplice e colaboradora destas.

Uma rede de proteção sem o envolvimento da população não se legitimará, nem tampouco contribuirá para emancipação e autonomia dessa mesma população. Assim, trabalhar para a reversão ou a eliminação da infrequência e evasão escolar, bem como de outros dados utilizados como indicadores no campo educacional, tipo elevação dos níveis de escolaridade, erradicação do analfabetismo, entre outros, não pode e não deve ser encarada como uma ação focal e isolada. Afinal, o projeto societário que evocamos enquanto profissionais de Serviço Social deve pautar nossa intervenção profissional no trato das questões relativas à educação como política pública, e, para, além disso, superá-la na dimensão de reprodutora das relações de dominação e subordinação estabelecidas no âmbito das relações sociais como um todo.

BIBLIOGRAFIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei 9.394/96) e Legislação correlata. RJ, Vitor editora, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 14.ed., São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MUÑOZ, César. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã**: guia da escola cidadã 9 / Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2004.

VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na Escola Pública**. v. 8. Coleção questões da nossa época. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Ana Paula Reguete M. M. de; BARRETO, Sandra R. Manes. **A rede de proteção ao educando na área portuária**: uma proposta de participação cidadã. Rio de Janeiro, 2007.

RIO DE JANEIRO. **Diretrizes Gerais para o Serviço Social na Rede de Proteção ao Educando** – PCRJ, SMAS, SIMAS, Gerência de Serviço Social na Educação, RJ, 2009.